

## A criação de um poeta nacional: breve panorâmica das edições da lírica camoniana entre 1595 e 1870

Vanda Anastácio\*

**Resumo:** Através de uma breve panorâmica histórica das edições das obras de Camões procura-se sublinhar a existência de uma interligação entre a sua fortuna editorial e os investimentos simbólicos feitos pelos seus leitores, em cada momento, na imagem do autor.

**Palavras-chave:** *Corpus* da lírica camoniana. Edições das obras de Camões. Luís de Camões. Tipografia quinhentista.

**Abstract:** Through the history of the editions of Camões' poetry since the XVIth century a connexion is established between the editorial fortune of the work and the symbolic investments of readers and critics in the image of the Poet in order to «create» a national Poet.

**Keywords:** *Corpus* of Camões' lyric poems. Editing of Camões' works. XVIth Century typography. History of editions.

Em 1854, o governo português emitiu uma Portaria que confiava uma missão a um grupo de autoridades intelectuais, religiosas e militares: encontrar os ossos de Luís de Camões e recolhê-los, para que pudessem finalmente ser colocados num jazigo “digno da sua fama e dos seus serviços às letras pátrias” (MACEDO, 1880, p. 1). A tarefa, apresentada no mesmo diploma como uma exigência do “decoro nacional”<sup>1</sup>, era a

\* Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.

<sup>1</sup> Nas palavras da Portaria: “Exigindo o decoro nacional que não se poupem diligências para descobrir o lugar onde repousam as cinzas do exímio poeta Luiz de Camões a fim de se recolherem e depositarem em jazigo digno da sua fama e dos seus serviços às letras pátrias: Sua Magestade El-Rei, Regente em nome do Rei, houve por bem nomear aos Viscondes de Juromenha, aos deputados da nação portugueza, José Tavares de Macedo e Carlos da Silva Maia, ao chantre da sé patriarcal de Lisboa, Manuel José Fernandes Cicouro, e ao lente da escola do exercito João Maria Feijó, para que reunidos em comissão, sob a presidência do Visconde de Monsão, que os convocará, entre todos se accordem no procedimento ás investigações que julgarem necessárias na igreja e no côro

segunda tentativa oficial, em vinte anos, para encontrar os restos do poeta.

Não era uma tarefa fácil. Quase três séculos haviam decorrido desde a morte de Luís de Camões em 1580. Para complicar mais as coisas, o poeta morrera em Lisboa, uma cidade que fora quase totalmente destruída em 1755 pelo maior terramoto alguma vez sentido na Europa. Tratar-se-ia de uma missão impossível?

A comissão recém nomeada seguiu uma pista que havia sido repetida pelos biógrafos de Camões desde os finais do século XVI. Segundo estes últimos, Luís de Camões fora enterrado na igreja do mosteiro de Santa Ana<sup>2</sup>. Os registos da igreja foram examinados, as freiras interrogadas, e foi decidido que o soalho de madeira seria levantado, para proceder a escavações por baixo da igreja. Foi encontrada uma enorme quantidade de ossos humanos, sem qualquer identificação. Nas palavras do relatório oficial:

Alguns d'estes eram pois sem duvida os de Luiz de Camões; mas quaes, se nem era possível distinguir a sepultura, nem os indícios de quantas memorias a commissão conhece, lhe diziam senão *á entrada da igreja á parte esquerda*.

Que havia pois a fazer. Ou deixar tudo no antigo repouso, ou juntar os ossos que se achavam á entrada da igreja á mão esquerda. Com o desejo que a commissão tinha de juntar os ossos do illustre poeta, e bem convencida de que todos quantos esforços se fizessem, seriam inúteis para inteiramente os estremar, preferiu o ultimo arbítrio.

E o relatório conclui:

Em vista do exposto escusa a commissão de concluir dizendo que julga superior a toda a duvida que nos ossos que colligiu

---

do convento de Sant'Anna d'esta cidade, onde consta haver sido sepultado o cadáver do referido poeta e existirem os seus despojos mortaes; propondo por este ministério todas as providencias de que careçam para o melhor desempenho d'esta importante commissão. O que se participa ao Visconde de Monsão para sua intelligencia e execução na parte que lhe toca. Paço das Necessidades, em 30 de Dezembro de 1854. Rodrigo da Fonseca Magalhães" op. cit.

<sup>2</sup> Segundo o *Relatório* (MACEDO, 1880, p. 9): "Os membros da commissão sabiam, como todos, que os despojos mortaes do grande poeta foram enterrados na igreja de sant'Anna d'esta cidade; e tinham pelos seus estudos litterarios conhecimento do que a respeito da sepultura estava escripto, assim nas biographies do poeta, como em outras obras".

e estão depositados em um caixão no coro das religiosas de sant'Anna, estão os ossos de Luiz de Camões.<sup>3</sup>

Esta historieta pode ser usada como ponto de partida para a breve passagem em revista das edições das obras de Luís de Camões saídas a lume entre o século XVI e o século XIX que aqui nos propomos realizar. Revela, por exemplo, que em meados do século XIX este autor não só era famoso, mas era considerado um importante contribuinte para a “literatura nacional”. Por altura do terceiro centenário da sua morte, em 1880, era visto como o poeta nacional, e a efeméride foi amplamente celebrada, com festividades públicas, em Portugal e no Brasil.

Como se deu essa associação simbólica entre Camões e a nação portuguesa? Quando aconteceu? Terá alguma relação com a história das edições das suas obras?

Como sabemos, as edições não são trabalhos isolados. São parte de sistemas mais vastos. Resultam e estão dependentes de diversos factores, quer ideológicos (ou por outras palavras, intelectuais e simbólicos) quer materiais. Quando olhamos para a transmissão de textos ao longo de períodos de tempo alargados – como no caso da poesia de Camões entre os finais do século XVI e o final do século XIX – devemos ter em conta, não só as principais correntes intelectuais de cada período, ou os pontos de vista dos editores individualmente, mas factos culturais e económicos, como o estado da arte da impressão, o mercado livreiro, ou os constrangimentos impostos por poderes como mecenas, instituições académicas ou a censura.

No momento da sua morte, Luís de Camões publicara apenas um único livro. O poema épico em dez Cantos de *ottava rima* inspirado na *Eneida* de Virgílio, relatando a chegada à Índia, por mar, da frota de Vasco da Gama. *Os Lusíadas* (é deles que se trata) foram publicados em 1572, numa edição relativamente descuidada, eivada de lapsos tipográficos e recorrendo a papel de diferentes qualidades. O livro fora, contudo, autorizado pelo rei, através de uma licença que o descreve

<sup>3</sup> *Relatório*, op. cit., p. 21-22.

como “ũa obra em Ovtava rima chamada *Os Lusíadas* que contém dez cantos perfeitos, na qual por ordem poética em versos se declaram os principaes feitos dos Portugueses nas partes da Índia”<sup>4</sup>. É difícil avaliar hoje qual o seu êxito junto do público na época em que foi publicada. Como já afirmou Eugenio Asensio, pela sua própria natureza – respeito pelas regras do género épico, abundância de alusões clássicas, etc. – tratava-se de um poema para uma minoria: só um pequeno número de leitores seria então (como hoje) capaz de o entender (ASENSIO, 1974, p. 303-484).

Se não sabemos muito acerca da recepção imediata do poema épico de Camões entre os leitores portugueses contemporâneos, sabemos que em 1580, no ano da anexação do Reino de Portugal por Filipe II de Espanha, as duas Universidades mais célebres de Espanha (Alcalá de Henares e Salamanca) realizaram e publicaram, num pequeno espaço de tempo, duas traduções castelhanas do mesmo<sup>5</sup>. A análise dos prólogos de ambas, bem como o facto de terem sido impressas sem as aprovações dos censores eclesiásticos, revelam a interferência do braço real, e leva-nos a concluir que estas traduções constituíram parte da estratégia política desenvolvida pelo rei de Castela no contexto da anexação.

A escolha de *Os Lusíadas* como texto a traduzir nesse momento particular estabeleceu uma associação entre a obra e Portugal. Tornou-se numa espécie de “representante simbólico” de uma cultura (ainda que, não necessariamente de uma nação, no sentido em que hoje entendemos o conceito). O mesmo parece ter acontecido com a canonização de

<sup>4</sup> Citamos pela edição fac-similada da edição *princeps*: *Os / LVSIADAS / de Luís de Camões. / COM PRIVILEGIO/ REAL / Impressos em Lisboa, com licença da / sacra Inquisição, & do Ordinário: em casa de Antonio / Gôçalvez Impressor./ 1572, Hildesheim-Zürich-New York: Georg Olms Verlag, 1984 [fl. 1 r].*

<sup>5</sup> *LOS / LUSIADAS / DE LVYS DE CAMOES, / Traduzidos en octava rima castellana por Benito Caldera, residente en corte. / Dirigidos al Illustriss. Señor hernando de Veja de Fonseca, Presidente del consejo de la hazienda de su M. y dela Santa y general Inquisición. / CON / PRIVILEGIO. / Impresso en Alcalá / de Henares, por Iuã Gracian. / Año de M.D. LXXX e LA LVSIADA / DE EL FAMOSO POETA / Luys de Camões. / TRADVZIDA EN VERSO CA / stelhano de Portugués, por el Ma / estro Luys Gomez de Tapia, vezino de Seuilla. / DIRIGIDA AL ILLUSTRISSI- / mo Señor Ascanio Colona, Abbad / de Sãcta Sophia. / Con priuilegio. / EN SALAMANCA. / En casa de Ioan Perier Impressor / de Libros. Año de / M.DL.XXX.*

Camões, apresentado por um dos universitários que colaboraram nos textos prefaciais como encarnando a “perfection de tan alto nombre [*de Poeta*]”<sup>6</sup>.

Portugal fazia parte da Monarquia Espanhola durante os 60 anos seguintes. Durante esse período *Os Lusíadas* foram impressos dez vezes e até ao final dos anos 1590 sofreram graves mutilações, perpetradas por censores da Inquisição Portuguesa (ver quadro)<sup>7</sup>. No mesmo intervalo de tempo as versões castelhanas do mesmo texto circularam em Espanha, sem cortes. Depois da Restauração da independência em 1640, o número de edições decaiu: contamos apenas quatro até finais do século XVIII<sup>8</sup>. Ao longo do século XVIII houve apenas quatro edições<sup>9</sup>, mas entre 1800 e 1898 *Os Lusíadas* foram impressos 56 vezes (quadro 2).

Antes de nos precipitarmos a tirar conclusões, debruçemo-nos um pouco sobre a fortuna editorial da poesia lírica camoniana.

Como ficou dito acima, nenhum livro de poemas de Camões foi publicado durante a sua vida. Em 1580 o autor tinha publicado apenas três textos líricos: uma Ode, uma composição em *terça rima* e um soneto, prefaciando as obras de amigos, como era costume na época<sup>10</sup>. Mas em 1595, quinze anos depois de o poeta ter morrido, foi impresso um livro de *Rhythmas* que reunia 170 poemas de Camões. O livro era o resultado de uma cooperação entre Manoel de Lyra, um impressor, e Estêvão Lopes, um livreiro que, como testemunha o rosto do volume, financiou a obra (*à custa de*)<sup>11</sup>.

---

<sup>6</sup> Francisco Sanchez de la Brozas escreve, com efeito, na edição de Salamanca: “Luys de Camões Lusitano, cuyo subtil ingenio, doctrina entera, cognición de lenguas, y delicada vea, muestran claramente no faltar nada para la perfection de tan alto nombre [*de Poeta*]” sobre as traduções castelhanas de *Os Lusíadas* veja-se Berardinelli (2000, p. 109-122) e Anastácio (2004, p. 159-178).

<sup>7</sup> Em 1584, 1591, 1597, 1609, 1612, 1613, 1626, 1631, 1633 (ver quadro 1).

<sup>8</sup> Em 1644, 1651, 1663, 1670 (ver quadro 1).

<sup>9</sup> Em 1702, 1721, 1749, 1772 (ver quadro 1). Veja-se, acerca da recepção das obras de Camões no século XVIII, o trabalho de Castro (1985, p. 100-118).

<sup>10</sup> Trata-se dos textos seguintes: em *terça rima* “Depois que Magalhães teve tecida” e do soneto “Vós ninfas da gagética espessura” publicados na obra de Pêro Magalhães de Gândavo, *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, 1576; a Ode Ao Conde de Redondo impressa na obra de Garcia d’Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas e cousas Medicinais da Índia*, 1563.

<sup>11</sup> RHYTHMAS / DE LVIS DE CAMOES, / Diuididas em cinco partes. / *Dirigidas ao muito illustre senhor D. Gonçalo Coutinho. / Impressas com licença do supremo conselho da geral Inquisição, & Ordinário. / EM LISBOA, / Por Manoel de Lyra, Anno de M.D.LXXXXV. / À custa de Esteuão Lopes mercador de libros.*

A parceria fazia sentido. Como sabemos, os impressores do século XVI enfrentavam grandes riscos, numa época em que a esmagadora maioria da população era analfabeta, e os livros, impressos em tiragens reduzidas, estavam sujeitos aos caprichos da censura. Geralmente tentavam ultrapassar estes riscos através da obtenção de apoios de mecenas ou adquirindo privilégios de exclusividade para a edição e venda das obras durante um dado período de tempo. A edição de 1595 da lírica camonianiana inclui um desses privilégios, concedido por dez anos, para as *Rimas* e para *Os Lusíadas*, para o impressor e para o livreiro. Parece que Manoel de Lira, que já havia publicado uma edição de *Os Lusíadas* em 1591, procurava consolidar a sua posição no mercado das publicações camonianas, tentando alargá-la com um mínimo de risco.

De onde surgiram essas *Rhythmas*? A resposta a esta questão encontra-se no prólogo anónimo, de tom académico e erudito, (intitulado “Prefácio aos Leitores”) incluído no volume. O seu autor, aparentemente contratado por Lyra e Lopes para a tarefa, explica que os textos haviam sido pacientemente recolhidos de cópias manuscritas que corriam em *livros de mão*, nos quais se encontravam atribuídas com maior ou menor segurança, a Luís de Camões. O autor do “Prefácio” (geralmente identificado como sendo Rodrigues Lobo Soropita) explica que entre os poemas reunidos na edição fora inicialmente incluído um soneto que, como mais tarde verificou, não tinha sido escrito pelo poeta. Um olhar atento permite identificar cerca de 10% de atribuições claramente erróneas. Na tentativa de salvar o que restava dos versos do agora célebre autor, os primeiros editores da lírica agiram de modo muito semelhante ao que viria a fazer a comissão encarregada de encontrar os ossos de Camões dois séculos mais tarde: juntaram o que encontraram, na esperança de que a maior parte dos materiais reunidos fosse autêntica.

Fizeram-no, contudo, de modo cauteloso. Consciente do que fazia, o erudito anónimo de 1595 explica os seus critérios: o título, grafado *Rhythmas*, fora escolhido com base no significado da palavra na língua grega e usado segundo os ensinamentos de Pietro Bembo; dividira os poemas em cinco partes, inspirado nas ideias de Platão e

de Dante Alighieri; ordenara os textos segundo o grau de dificuldade de composição de cada género poético e, finalmente, transcrevera os textos, tal como os encontrara, sem corrigir erros aparentes: “achou-se que era menos inconveniente irem assi como se acharão per cõferencia de algus livros de mão, onde estas obras andavão espedaçadas, que não violar as composições alheas, sem a certeza evidente de ser a emeda verdadeira”<sup>12</sup>.

Em resumo, a edição de 1595 definiu um *corpus* de textos, ordenou esse *corpus* segundo princípios baseados nos modelos clássicos e italianos (prestigiados na época), e fixou os textos a partir de critérios coerentes.

Nos anos 90 do século XVI, Peter Craesbeeck, um impressor flamengo que havia aprendido o seu ofício em Antuérpia com Christophe Plantin, mudou-se para Lisboa (DIAS, 1996; LOFF, 1966, p. 49-84). Em 1597 comprou a oficina, as ferramentas e os tipos de Manoel de Lyra e tornou-se o novo dono do seu privilégio de exclusividade por dez anos para editar Camões juntamente com o mesmo livreiro, Estêvão Lopes. Não perdeu tempo em fazer uso dele. No ano seguinte, em 1598, foi impressa uma nova edição das *Rimas*. Vinha aumentada com 70 novos poemas, resgatados, uma vez mais, de entre as colecções de cópias manuscritas em circulação<sup>13</sup>. Algumas composições da primeira edição foram eliminadas, tendo-se verificado entretanto que haviam sido atribuídas ao poeta por engano.

O exame do volume permite verificar que o prefácio erudito desapareceu, e que a maior parte dos textos apresentados em 1595 sofreram alterações: modernizações ortográficas, interferência no emprego das maiúsculas, e também a eliminação ou alteração de palavras, quer por motivos métricos, quer para agradar aos censores inquisitoriais. Tratou-se daquilo a que poderíamos chamar uma «edição comercial», provavelmente preparada pelo impressor recém-chegado e pelo mesmo livreiro, na sequência do trabalho iniciado pelo erudito anónimo em

<sup>12</sup>“Prefácio aos Leitores”, op. cit.

<sup>13</sup> RIMAS / DE LVIS DE CAMÕES / Acrescentadas nesta segunda impressão. / *Dirigidas a D. Gonçalo Coutinho. / Impressas com licença da Sancta Inquisição. / EM LISBOA. / Por Pedro Crasbeeck, Anno de M.D.XCVIII. / A custa de Esteuão Lopez mercador de libros. / Com Privilégio.*

1595. Foi também o início de um «efeito de bola de neve» na recolha de textos líricos camonianos<sup>14</sup>.

O que aconteceu depois foi o resultado de diferentes factores: os usos simbólicos da imagem de Camões e de *Os Lusíadas* haviam criado um mercado, e os primeiros impressores da lírica tentaram expandi-lo e explorá-lo o mais possível.

Quando o privilégio por dez anos expirou, Peter Craesbeeck tentou assegurar a sua posição nesse mercado. Encontrou outro livreiro, Domingos Fernandes, e reimprimiu as *Rimas* em 1607. Mas não foi o único. O nome de Camões tinha-se tornado suficientemente interessante para estimular a competição. Entre 1612 e 1621 o livreiro Domingos Fernandes estabeleceu parcerias com dois membros da família Álvares (Vicente e António) para uma edição de *Os Lusíadas* e duas das *Rimas*. Apesar de os títulos destas anunciarem que tinham sido «novamente emendadas e aumentadas», estas *Rimas* pouco diferem da edição de 1598. Assistiu-se então a uma vigorosa disputa entre Álvares e Craesbeeck: em 1612, Álvares publicou *Os Lusíadas*; em 1613, Craesbeeck publicou *Os Lusíadas*; em 1614, Álvares publica as *Rimas* e no ano seguinte, em 1615, numa tentativa de ultrapassar o seu competidor, imprime duas comédias de Camões; no mesmo ano, Craesbeeck publica uma nova edição das obras completas de Camões enriquecidas com um longo poema filosófico intitulado *Da criação e da composição do homem* que, de facto, não era de Camões, mas sim de André Falcão de Resende; em 1616 regressa à liça com uma edição das *Rimas* na qual incluiu, não apenas o *corpus* reunido em 1598, mas duas comédias, dois epítáfios dedicados a Camões por admiradores célebres e 50 poemas (12 dos quais, diga-se de passagem, de atribuição duvidosa mesmo na época). Depois de uma última tentativa de publicação das *Rimas* em 16126, Álvares parece ter desistido de Camões, e desde esse ano até à década de 1680 as edições

<sup>14</sup> A expressão é de J. V. Pina Martins, *Os Lusíadas 1572-1972. Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões. Biblioteca Nacional de Lisboa*, 2 v. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, p. 55: “Se através das várias edições das *Rimas* o cabedal lírico do nosso Poeta vai aumentando caudalosamente, e se a bola de neve de 1595 é uma autêntica avalanche nos dois grossos volumes de 1685 e 1689, digamos que as *Rimas* têm no século XVII o seu verdadeiro século de ouro, não tanto pelas numerosas edições como pelo valor incomparável dos comentários de 1685 e 1689”.



das obras do poeta permaneceram nas mãos da família Craesbeeck<sup>15</sup> (quadro 1).

Sublinhámos a competição comercial entre os impressores por dois motivos essenciais: por um lado, ela explica, em parte, a necessidade da busca contínua de novos materiais relacionados com Camões e, por outro, permite entender que, durante um determinado período de tempo, a preocupação com pormenores filológicos tenha sido posta de lado, senão esquecida. As obras vender-se-iam fosse como fosse.

Ao contrário do que se verificou com *Os Lusíadas*, o número de edições das *Rimas* não decaiu grandemente depois da Restauração. Tinham sido publicadas nove vezes antes de 1640, e foram impressas mais cinco vezes entre esta data e o final do século. Algumas destas edições realizadas no século XVII incluem biografias de Camões (1613, 1639), um facto que nos parece relevante, apesar de, à imagem da biografia publicada por Severim de Faria entre os seus *Discursos vários políticos* em 1624, estarmos na presença de tentativas desesperadas para dar um sentido aos raríssimos factos conhecidos acerca do autor. Por sua vez, duas destas edições – a preparada pelo erudito João Franco Barreto em 1669 e a que Manuel Faria e Sousa deu à estampa entre 1685 e 1689 ilustram uma nova tendência metodológica: incluem vastos comentários aos poemas e tendem a emendar os textos num desejo de os «melhorar» de acordo com os ideais poéticos da época. Para além de editor, Faria e Sousa foi um biógrafo e um erudito, e inaugurou um procedimento que viria a ser intensamente imitado no século XIX: usou os poemas camonianos para construir a biografia deste e, depois, partiu da biografia assim construída para seleccionar os poemas a incluir no *corpus* da lírica camoniana. Este modo de agir permitiu-lhe aumentar o número de textos atribuídos a Camões em cerca de 80%. Assim, nos finais do século XVII, os editores e o público tinham passado a ter à sua disposição cerca de 350 textos da lírica de Camões.

Durante o século XVIII as *Rimas* não voltaram a ser publicadas separadamente. Foram editadas cinco vezes, integrando reedições das

---

<sup>15</sup> Para um estudo mais pormenorizado deste processo veja-se, Anastácio (2005, p. 327-342).

Obras completas, e mantendo o *corpus* estabelecido por Manuel Faria e Sousa<sup>16</sup>.

O início do século XIX foi um período difícil para a Europa e para Portugal. As guerras napoleónicas tiveram um impacto devastador na sociedade portuguesa. Como se sabe, a família real partiu para o Rio de Janeiro em 1808, deixando o país entregue às forças aliadas britânicas e aos exércitos de Napoleão Bonaparte. Nas décadas que se seguiram, assistiu-se a uma longa guerra civil, a várias revoluções e, ao mesmo tempo, ao florescimento do idealismo nacionalista. Independentemente das suas divergências políticas, os políticos e os intelectuais viraram-se para Camões, e viram nele a encarnação do ideal romântico do herói: um génio que havia experimentado na pele e traduzido em palavras os momentos mais altos da História Portuguesa<sup>17</sup>.

Como resultado desta renovada atribuição de uma identidade simbólica ao poeta foram produzidas numerosas obras de arte – pintura, textos literários, música – tomando a Camões como tema<sup>18</sup>, bem como uma edição monumental da sua obra poética publicada entre 1860 e 1869 pelo Visconde de Juromenha, um dos membros que integrou a comissão encarregada de localizar os restos mortais de Camões em 1854. O resultado das pesquisas de Juromenha foi uma biografia de cerca de 300 páginas (elaborada segundo o método que Faria e Sousa inaugurara no século XVII) e uma colecção de cerca de meio milhar de poemas (JUROMENHA, 1860).

Esta edição, que viria a ser reeditada por Teófilo Braga em 1873 e discutida durante mais de um século, constituiu a cereja no topo de um enorme problema filológico, criado a partir dos investimentos simbólicos de sucessivas gerações num poeta que era tão obscuro à data da sua morte, que não foi possível localizar os seus ossos.

<sup>16</sup> 1702, 1720, 1772, 1779-1780 e 1782-1783 (ver quadro 1).

<sup>17</sup> Vejam-se a este propósito os trabalhos de Braga (1873-1874; 1891). Recordamos, a este respeito, as palavras de Ofélia Paiva Monteiro (1985, p. 119): “no espaço cultural português e europeu, bem pode dizer-se que Camões se transformou num grande tema romântico em que se conglobaram motivos particularmente caros à mundividência de então”.

<sup>18</sup> Alguns exemplos representativos são a missa de *Requiem* composta em 1818 por João Domingos Bontempo, *Requiem por Camões*, (impresa em Paris, Auguste Leduc, 1820), o poema narrativo de Almeida Garrett, *Camões* e o quadro de Domingos Sequeira *A Morte de Camões*. (cf.: Luís Xavier da Costa, *A morte de Camões. Quadro do pintor Domingos António Sequeira*, Lisboa, 1822)

DATAS	OBRAS COMPLETAS	OS LUSÍADAS	RIMAS
1572		António Gonçalves	
1584		António Gonçalves	
1591		Manoel de Lyra	
1595			Manoel de Lyra + Estevão Lopes
1597		Menoel de Lyra + Estevão Lopes	
1598			Pedro Craesbeeck + Domingos Fernandes
1607			
1609		Pedro Craesbeeck + Domingos Fernandez	
1612		Vicente Alvarez + Domingos Fernandez	
1613		Pedro Craesbeeck + Domingos Fernandez	
1614			
1616			Vicente Alvarez + Domingos Fernandez
1621			Pedro Craesbeeck + Domingos Fernandez
1623			António Alvarez + Domingos Fernandez
1626			Lourenço Craesbeeck
1629		Pedro Craesbeeck	
1631		Pedro Craesbeeck	Pedro Craesbeeck
1633		Lourenço Craesbeeck	
1644		Paulo Craesbeeck	
1645			Paulo Craesbeeck
1651		Paulo Craesbeeck	Paulo Craesbeeck
1663		António Craesbeeck de Melo	António Craesbeeck de Melo
1668			António Craesbeeck de Melo
1669	António Craesbeeck de Melo		
1670		António Craesbeeck de Melo	
1685			Teotónio Dâmaso de Melo
1689			Imprensa Craesbeckiana
1702		Manoel Lopes Ferreira	Manoel Lopes Ferreira
1720	J. Lopes Ferreira		
1721		Oficina Ferreriana	
1749		M. Coelho Amado	
1772	Miguel Rodrigues		
1779/80	Oficina Luisiana		
1782/3	Simão Tadeu Ferreira		

**Quadro 1** - Edições da obra camoniana séculos XVI - XVIII

DATAS	OBRAS COMPLETAS	OS LUSÍADAS	RIMAS
1800		Universidade de Coimbra	
1805		Tipografia Lacerdiana	
1827		Tipografia Rolandiana	
1827		Impressão Régia	
1836		Tipografia Eugénio Augusto	
1836		Tipografia Rolandiana	
1842		Tipografia Rolandiana	
1843		Tipografia Rolandiana	
1846		Tipografia Rolandiana	
1843	Feio/Monteiro Paris		
1850		Tipografia Rolandiana	
1852	Biblioteca Portuguesa		
1854		Tipografia Rolandiana	
1857		Tipografia Rolandiana	
1860		Tipografia Rolandiana	
1860		Tip. L. C. da Cunha	
1860-9	Visconde Juromenha		
1863		Tipografia Rolandiana	
1864		Tip. L. C. da Cunha	
1865		Tipografia Rolandiana	
1870		Cruz Coutinho – Porto	
1871		Tip. F. X. Sousa e Filho	
1873-4	Teófilo Braga		
1874		António Maria Pereira	
1875		Teófilo Braga -Porto	
1875		António Maria Pereira	
1875		Rolland & Semiond	
1876		António Maria Pereira	
1880		Cruz Coutinho	Teófilo Braga
1880		Imprensa Portuguesa	
1880		Rio de Janeiro GPL	
1880		David Corazzi	
1880		Diário de Notícias	
1880		Leipzig	

Quadro 2 - Edições da obra camoniana século XIX

## Referências

ANASTÁCIO, Vanda. Leituras potencialmente perigosas: reflexões sobre as traduções castelhanas de *Os Lusíadas* no tempo da União Ibérica. *Revista Camoniana*, Bauru/SP: EDUSC, 3ª série, n. 15, p. 159-178, 2004.

\_\_\_\_\_. El Rei Seleuco, 1645 (Reflexões sobre o “corpus” da obra de Camões). *Península*, Porto: Faculdade de Letras, n. 2, 2005. p. 327-342.

ASENSIO, Eugénio. España en la épica portuguesa del tiempo de los Felipes (1580-1640). In: \_\_\_\_\_. *Estudios portugueses*. Paris: F. C. Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1974. p. 303-484.

\_\_\_\_\_. La fortuna de *Os Lusíadas* en España. In: \_\_\_\_\_. *Estudios portugueses*. Paris: F. C. Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1974. p. 303-324.

AZEVEDO FILHO, Leodegário de. A lírica camoneana e o problema dos manuscritos. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris: Fundação Gulbenkian, n. 13, p. 63-74, 1978.

\_\_\_\_\_. *Introdução à lírica de Camões*. Lisboa: ICLP, Biblioteca Breve, 1991.

BERARDINELLI, Cleonice. De censores e censura. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Estudos Camonianos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 109-122.

BRAGA, Teófilo. *História de Camões*. Porto: Imprensa Portuguesa Editora, 1873-1874. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Camões e o sentimento nacional*. Porto: Livraria Internacional de Ernaesto Chardron, 1891.

CABRAL, Alfredo do Valle. *Bibliographia Camoneana*. Resenha cronológica das edições das obras de Luiz de Camões e das suas traduções impressas, tanto umas como outras, em separado. Porto: Typ. Occidental, 1884.

CANTO, José do. *Collecção camoneana de José do Canto*. Tentativa de um catalogo methodico e remissivo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.

CASTRO, Aníbal Pinto de. A recepção de Camões no neoclassicismo português. *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Universidade de Coimbra, v. 33, p. 100-118, 1985.

DIAS, João José Alves Dias. *Craesbeeck uma dinastia de impressores em Portugal*: elementos para o seu estudo. Lisboa: Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996.

FARIA, Manuel Severim de. *Vida de Luís de Camões, com hum particular juízo sobre as partes, que há de ter o Poema heróico, e como o Poeta as guardou todas nos seus Lusíadas*. Discursos Vários Políticos. Évora: Manuel Carvalho, 1624.

FONSECA, Maria do Céu Brás da. *Uma leitura de Camões por António Barbosa Bavelar*. Edição de Sonetos. 1992. Dissertação (Mestrado Policopiada) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

JUROMENHA, Visconde de. *Obras de Luís de Camões*. Precedidas de um ensaio biográfico no qual se relatam alguns factos não conhecidos da sua vida aumentados com algumas composições inéditas do poeta pelo Visconde de Juromenha. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. 3 v.

LOFF, Maria Isabel Guedes. *Impressores editores e livreiros no século XVII em Lisboa*. Coimbra: Arquivo de Bibliografia Portuguesa, 1966. p. 49-84.

MACEDO, José Tavares de. *Relatório feito em nome da comissão nomeada por Portaria de 30 de Dezembro de 1854 para buscar os ossos de Camões*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1880.

MARTINS, António Coimbra. *IV Centenário de Os Lusíadas de Camões 1572-1972*. Madrid: Biblioteca Nacional de Madrid/Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

MARTINS, José Vitorino de Pina. *Os Lusíadas 1572-1972*. Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões. Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972. 2 v.

MONTEIRO, Ofélia Paiva. *A formação de Almeida Garrett*. Experiência e criação. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, p. 236-239. v. 2.

\_\_\_\_\_. Camões no Romantismo. *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 33, p. 119-137, 1985.

PIMPÃO, Álvaro Júlio Costa. A lírica camoniana no século XVII. *Brotéria*, v. 35, jul. 1942.

PIRES, Maria Lucília. *A crítica camoniana no século XVII*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1982.

PIRES, Maria Lucília. Camões no Barroco (A crítica camoniana na época barroca). *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 33, p. 87-98, 1985.